

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

APARECIDA MATUMOTO COELHO

INFLUÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO  
PROCESSO FORMATIVO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE  
EDUCAÇÃO-FE/UFG

Goiânia–GO  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome completo da autora: Aparecida Matumoto Coelho

Título do trabalho: Influências da experiência do estágio não obrigatório no processo formativo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG

### **2. Informações de acesso ao documento Concorda com a liberação total do documento SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)s autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA MATUMOTO COELHO, Discente**, em 27/04/2022, às 06:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzimar Pereira Nascimento Ferraz, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2850092** e o código CRC **A0D6C010**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.018020/2022-22

SEI nº 2850092

APARECIDA MATUMOTO COELHO

INFLUÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO  
PROCESSO FORMATIVO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE  
EDUCAÇÃO-FE/UFG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Pedagogia, da  
Faculdade de Educação, da Universidade Federal  
de Goiás, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Elzimar Pereira  
Nascimento Ferraz

Goiânia–GO  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Coelho, Aparecida Matumoto

Influências da experiência do estágio não obrigatório no processo formativo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG [manuscrito] / Aparecida Matumoto Coelho. - 2022.

24 f.

Orientador: Profa. Dra. Elzimar Pereira Nascimento Ferraz.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui gráfico, tabelas.

1. Estágio não obrigatório . 2. Pedagogia. 3. Docência . I. Ferraz, Elzimar Pereira Nascimento, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos treze dias do mês de abril do ano de 2022, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: "Influências da experiência do estágio não obrigatório no processo formativo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG ", de autoria de Aparecida Matumoto Coelho, do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Professora Doutora Elzimar Pereira Nascimento Ferraz (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Adriana Maria Ramos Barboza (DEI/CEPAE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de nove (9,0), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Elzimar Pereira Nascimento Ferraz, Professor do Magistério Superior**, em 13/04/2022, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Maria Ramos Barboza, Professor do Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 14/04/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2834070** e o código CRC **9046DB74**.

## RESUMO

Este trabalho objetivou refletir a respeito das práticas pedagógicas que influenciam a formação do professor enquanto formação humana. Esta investigação faz um recorte no Estágio não obrigatório, para investigar as influências que ele exerce no processo formativo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG. O interesse por essa temática, surgiu a partir das minhas vivências no estágio não obrigatório, escuta de relatos de outros estudantes que tiveram a mesma oportunidade e de reflexões acerca das influências dessas experiências na formação docente. O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores que estabelece um diálogo entre a teoria apreendida no curso de formação e a prática nas escolas-campo de estágio. Nesse sentido, pode ser concebido como um espaço de reflexão e produção de saberes e fazeres, espaço socialmente construído, em um processo identitário de aprendizagem docente. É o momento do estagiário, em um espaço de formação, assumir a sua condição docente. Nesse sentido, a partir da análise de vinte e sete respostas de questionários respondidos em formato digital, juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho buscou refletir as influências da experiência no estágio não obrigatório no processo formativo.

Palavras-chave: Estágio não obrigatório; Pedagogia; Docência.

## ABSTRACT

This work aimed to reflect on the pedagogical practices that influence the formation of the teacher as a human formation, this work makes a cut in the non-mandatory internship, to investigate the influences that it exerts in the formative process of the pedagogy course of the faculty of education-fe/ ufg. The interest in this topic arose from my experiences in the non-mandatory internship, listening to reports from other students who had the same opportunity and reflections on the influences of these experiences on teacher training. The supervised internship is a mandatory curricular component in teacher training courses that establishes a dialogue between the theory learned in the training course and the practice in the internship field schools. In this sense, it must be seen as a space for reflection and production of knowledge and practices, a socially constructed space, in an identity process of teaching learning. It is the moment for the intern, in a training space, to assume his/her condition of being a teacher. In this sense, this work sought to reflect the influences of the experience in the non-mandatory internship in the training process, from the analysis of 26 questionnaires answered in digital format, bibliographic and documentary research.

Keywords: Internship not mandatory; Pedagogy; Teaching; UFG

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 – SOBRE O ESTÁGIO.....	9
CAPÍTULO 2 – O ESTÁGIO REMUNERADO SOB O OLHAR DOS ESTAGIÁRIOS..	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

## INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores que estabelece um diálogo entre a teoria apreendida no curso de formação e a prática nas escolas-campo de estágio. Nesse sentido, deve ser encarado como um espaço de reflexão e produção de saberes e fazeres, espaço socialmente construído, em um processo identitário de aprendizagem docente. Para tal, o estágio nos cursos de licenciatura é visto como uma atividade teórica instrumentalizadora da práxis do futuro professor (LIMA; PIMENTA, 2006). É o momento do estagiário, em um espaço de formação, assumir a sua condição de ser professor.

Para Pimenta e Lima (2006), o estágio curricular busca superar a dicotomia entre teoria e prática, procurando desenvolver uma postura docente, investigativa e problematizadora perante o conhecimento, a realidade escolar, a relação professor-aluno, de tal modo, a oportunizar a religação de saberes, conhecimentos e práticas. Sendo assim, é nesse espaço que são oportunizadas a construção, reorganização e ressignificação das práticas e do conhecimento que norteiam o trabalho docente.

A construção de uma educação com uma formação crítica perpassa por um processo dentro de um contexto sócio, histórico e cultural que abrange conceitos como relação professor-aluno e a escola como instância formativa importante do indivíduo. Como se dá a formação dos professores que buscam esse saber e estão realmente capacitados em transmiti-lo? Esse saber estruturado na sala de aula, que se torna um ideal inacabado, que é pensado e trabalhado concomitantemente entre aluno e professor, em oposição àquele que se reduz a verdades prontas e acabadas, ou seja, o que se compromete com uma produção pensada e trabalhada, buscando sua própria desconstrução e superação.

Nesse sentido, “o saber existente, os conceitos e métodos de investigação são, acima de tudo, matéria-prima a ser pensada em sua historicidade, a ser trabalhada como instrumento de expressão do real” (COÊLHO, 1993, p.118). Ildeu Moreira nos apresenta o conceito epistemológico de que o conhecimento é parte integrante da sala de aula, mas quem o constrói, são as pessoas ao estabelecerem uma relação professor-aluno (COÊLHO, 1993). Para Ildeu (1993), a realidade acadêmica da sala de aula deve ser a formação de alunos como cidadãos, homens livres e responsáveis

como profissionais capazes de pensar e equacionar os problemas fundamentais em cada área, lhes definindo as soluções adequadas.

Uma formação de qualidade é aquela que não se produz mecanicamente, mas em que exista um cenário de busca pela verdade, através da concomitante produção do mesmo pelo professor (como produtor e seletor do saber) e pelo aluno (COÊLHO, 1993). O saber deve ser buscado incessantemente e principalmente deve ser o foco central do aluno, não se deve procurar no professor, ou na escola em si, a formação integral do indivíduo; avançar na direção de uma educação de qualidade implica em um trabalho conjunto em que a escola seja o meio de transmitir a riqueza do saber, o professor seja um mediador do processo educativo e o aluno seja aquele que entende todo esse processo em construção, objetivando o conhecimento e participando de forma ativa desse processo.

O conceito de educação é diverso, mudando de acordo com aquele que o percebe, ou seja, há múltiplos significados de educação: para os teóricos das ciências da educação, para os que atuam nas diversas áreas do processo educativo e para o senso comum. A perspectiva crítica propõe unir o ideal de como o homem deve ser com a realidade de como o homem é.

O processo educativo [...] é um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana. Isso significa que a tarefa da reflexão pedagógica é a de superar a antinomia entre fins individuais e fins sociais da educação. (LIBÂNIO, 2018, p. 78).

Destaca-se, que o conceito de educação no presente trabalho, se refere à formação humana, uma atividade intencionalmente impulsionada, constituindo relações mútuas, através de conhecimentos e habilidades que constituem as relações sociais reais; “A concepção histórico-social, ao conceber a educação como produto do desenvolvimento social e determinada pela forma de relações sociais de uma dada sociedade põe-se como crítica radical à educação individualista” (LIBÂNIO, 2018, p. 79).

Este trabalho foi pensado a partir de princípios da Pedagogia Histórico-Cultural como base reflexiva sobre as atividades pedagógicas, o que influi na relação que os estudantes estabelecem entre si, com o professor e o conhecimento. Para essa mesma base teórica, aqui definida como epistemologia da práxis (MAGALHÃES, SOUZA, 2018), a sala de aula é ambiente de trocas, ressignificações, como mostrou Freire (1996), lugar de um sujeito plural, sócio-histórico e cultural, que exige uma

formação que inclua, afete, sensibilize, comova, o que está diretamente relacionado com a proposta política e pedagógica da Faculdade de Educação/UFG. Essa proposta suscita uma formação centrada no melhor desenvolvimento da interpretação, escrita, criticidade, criatividade, sensibilidade, desenvolvimento de conceitos, proposição de soluções claras para os objetos estudados, entendimento de teorias, dos estudantes, ajudando-os a manter seu diálogo com o mundo, mas, sobretudo, mobilizando-o emocionalmente de diversas formas: remetendo-o à sua história e à própria construção de sua subjetividade.

Nessa perspectiva, a prática pedagógica é uma extensão da educação que abrange práticas formativas, historicamente produzidas nas interações estabelecidas entre os homens e desses com o meio em que estão inseridos. Assim, essa relação educação e trabalho educativo enfatiza o conceito de práxis sendo a prática pedagógica como atividade do professor, dirigida por finalidades e conhecimentos, decorrente de uma determinação de natureza teórica (RIBEIRO, 1991).

Nesse contexto de reflexões a respeito das práticas pedagógicas que influenciam a formação do professor enquanto formação humana, este trabalho faz um recorte no Estágio não obrigatório, para investigar as influências que ele exerce no processo formativo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG. Para isso, realizou-se Pesquisa Bibliográfica, documental e de campo, a partir de questionário no formato digital.

## **CAPÍTULO 1 - SOBRE O ESTÁGIO**

A Lei de Diretrizes e Base para a Educação de 1996 define a necessidade de um Plano Nacional de Educação- PNE com caráter normativo, que se realiza em 9 de janeiro de 2001 com a instituição do novo PNE. Este documento determina diretrizes e metas para a política educacional, com vigência de dez anos. está organizado de modo a contemplar todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e todas as respectivas modalidades de ensino até então reconhecidas (Educação de Jovens e Adultos; Educação à Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena), bem como o ensino superior. Inclui também as diretrizes para o magistério da educação básica, diretrizes para o financiamento e gestão e, por último, define como deveria se realizar o acompanhamento e a avaliação do Plano ao longo dos anos de vigência do mesmo.

Novos documentos balizadores e normativos da educação escolar vão surgindo para assegurar os direitos estipulados pela Carta Magna. A exemplo das Diretrizes Nacionais da Educação (DCNs), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). De acordo com sua versão atualizada em 2013, as DCNs, como forma de atender às definições da LDB, são: “[...] diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.” (BRASIL, 2013, p. 04).

Além destas diretrizes básicas (DCNs), considerando a necessidade de especificar as normas conforme as demandas de cada etapa do ensino individualmente, em 2009 foram dispostas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), para assegurar o direito das crianças às creches e pré-escolas, reconhecido já na Constituição, sendo, portanto, a Educação Infantil admitida enquanto um dever do Estado. Desse modo, estas diretrizes, de caráter normativo, se apresentam enquanto ferramenta balizadora que fomenta e regula a construção “autônoma” das políticas de gestão de cada unidade escolar, creche ou pré-escola, bem como de seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

De acordo com a política de estágio do curso de Pedagogia da FE/UFG, apresentada no Projeto Pedagógico de Curso, o estágio curricular pauta-se pelos princípios e objetivos da proposta de formação de professores do Curso de Pedagogia e se fundamenta na Lei 11.788/2008; nas Diretrizes do Conselho Nacional de

Educação (CNE) para o Curso de Pedagogia; nas Resoluções CEPEC n. 631/2003, que define a política da UFG para a Formação de Professores da Educação Básica; n.731/2005, que define a política de Estágios da UFG para a formação de professores da Educação Básica; e no Regulamento Geral de Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Resolução CEPEC n. 1.122/2012.

Nesse sentido, destaca-se a Resolução - CEPEC Nº 1122 (BRASIL, CEPEC, 2012):

Art. 18. Estágio curricular obrigatório ou não obrigatório é um componente da formação acadêmica, de caráter teórico-prático, que tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao desenvolvimento de sua formação técnica, cultural, científica e pedagógica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e cidadania.

§ 2º O estágio curricular obrigatório será planejado, orientado, acompanhado e avaliado pelos professores da instituição formadora, em conformidade com o projeto pedagógico de cada curso, podendo contar com apoio, para esses fins, do preceptor ou supervisor do local em que está sendo realizado o estágio.

Outrossim, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), estabelece a normatização do estágio dos estudantes, discorrendo sobre o obrigatório e o não obrigatório (Art. 2º). De acordo com a Lei, o estágio é um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. Ela prevê que o estágio poderá ser “obrigatório ou não obrigatório”, sendo que o primeiro é aquele “definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma” enquanto o segundo é “desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (BRASIL, 2008).

Dentre o estabelecido na lei do estágio está relacionado a exigência de que o discente interessado em iniciar o estágio esteja matriculado e ativo em curso de educação superior, de educação profissional (dentre outras modalidades de ensino) comprovando através de atestado da instituição em que está vinculada sua matrícula; as funções que irão ser desenvolvidas pelo estagiário devem ser compatíveis com sua área de estudo; devem ser acompanhadas por um professor orientador e um professor.

Essa modalidade de estágio, mesmo não sendo obrigatório é supervisionado por professores da escola-concedente e orientado por professores da Universidade Federal de Goiás, podendo vir a ser registrado no histórico escolar, conforme previsto na Lei nº 11788/2008. O Art. § 2º apresenta que o estágio visa ao aprendizado de

competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008)

O Regulamento de Estágio do curso de Pedagogia da FE/UFG estabelece em seu Art.23 que:

Para a realização do estágio não obrigatório é necessária a celebração de termo de compromisso entre a parte concedente do estágio, a instituição formadora e o estagiário (Lei 11.788, art. 3º, inciso II e RGCG, 2013, art.19) (UFG, 2006).

Esse documento é bem claro ao determinar que essa modalidade de estágio, como componente curricular deve ser compatível com o PPC do Curso do estagiário:

§ único – Deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio (aquelas previstas no termo de compromisso e no plano de atividades) e o Projeto Pedagógico do Curso, podendo essa modalidade de estágio ser desenvolvida em áreas afins e interdisciplinares (UFG, 2006).

Havendo a compatibilidade entre as práticas que serão desenvolvidas no campo de estágio, previstas no plano de atividades e no Projeto Pedagógico do curso, selam-se o termo de compromisso do estágio não obrigatório às instituições, tanto a formadora como a concedente e o estagiário. A UFG possui parcerias com departamentos da própria Universidade e com instituições externas para contratação de estagiários.

Por parte da concedente é importante ressaltar que: a concedente deve estabelecer um termo de compromisso de estágio e um plano de atividades que serão desenvolvidas pelo estagiário; propiciar um espaço de desenvolvimento pleno do discente; acompanhar o discente em atividades estabelecidas no plano de atividades. Por parte da instituição de ensino: avaliar os termos de contrato e instalações em que ocorreram o estágio, zelar pelo cumprimento das atividades que são contempladas no termo de estágio, informar dados relativos à formação acadêmica (início do ano letivo, datas de avaliações).

O Estágio supervisionado tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes a aproximação com o mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de sua formação política, técnica, cultural, científica e pedagógica. Para tanto, o Regulamento de Estágio do curso de Pedagogia da FE/UFG apresenta em seu Art.27 os objetivos do Estágio Curricular Não Obrigatório, quais sejam:

I – a formação teórico-prática do estagiário para o magistério na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, abarcando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como para a atuação em outros espaços educativos;

II – a vivência de processos de ensino, planejamento, avaliação, elaboração e análise de projetos, entre outros;

III – o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à profissão docente, considerando o contato direto com o campo de atuação profissional;

IV – a formação em áreas afins e interdisciplinares (UFG, 2006).

Portanto, o estágio curricular não obrigatório é realizado pelos estudantes com a finalidade de entrarem em contato com as práticas educativas e ampliar a sua formação através das experiências próprias da situação profissional, com intuito de preparar para um trabalho coletivo pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA, 2004).

Rosa e Sousa (2019) preconizam que a constituição do estágio na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás teve início em 1990, período em que professores de didática e de prática educativa da faculdade estavam em busca de uma identidade de ensino para a melhora da formação do docente da educação básica.

Em 1990 o cenário era de muitas mudanças e transformações, logo a Universidade começou a repensar o seu papel, influenciada pela literatura estrangeira, que promovia a reflexão e a produção de saberes frente aos desafios a serem enfrentados em seu meio de atuação. Um dos autores de acordo com Rosa e Sousa (2019) que contribuiu com esse processo, foi Antônio Nóvoa (1992) que relaciona o professor como produtores de sua profissão em que o estágio é visto como um local de reflexão e construção das práticas educativas.

Rosa e Sousa (2019) evidenciam as ideias de Zeichner (1992) que defende a relevância de se desenvolver, por meio da formação dos professores, a capacidade de examinar a prática e aprender com ela, de modo a incluir um olhar sobre as dimensões sociais e políticas do seu trabalho. Na proposta de estágio para o curso de Pedagogia da FE-UFG, a escola passa a ser o lócus privilegiado para observação, problematização e reflexão da prática desenvolvida pelos professores e estagiários, na perspectiva de uma práxis criadora.

Estudos relacionados à sala de aula, interdisciplinaridade e à produção do saber didático tornarem-se fortemente presentes nos cursos de formação docente do

país. O estágio é compreendido como espaço de construção e reconstrução das práticas e sendo assim, o desenvolvimento do pensamento autônomo dos estagiários no projeto de estágio da FE-UFG é incentivado a partir da vivência de práticas pedagógicas e da problematização dessas práticas. A proposta de estágio para o curso de Pedagogia da FE/UFG baseia-se em uma práxis criadora, nessa perspectiva, a escola adota a posição de lócus privilegiado e a pesquisa ganha um caráter didático, possibilitando o professor assumir um papel ativo no seu processo de formação, abarcando uma postura crítico reflexiva. (ROSA; SOUSA, 2019).

Rosa e Sousa (2019) trazem uma reflexão acerca das concepções de estágio, de sua história dentro da UFG e do papel que exerce na formação da identidade profissional dos educadores. Ao refletir sobre esses aspectos fica claro que um dos principais objetivos do estágio é trazer para o estagiário uma noção da realidade em que ele atuará, para tanto é necessário a superação da dicotomia Teoria x Prática, ainda existente nos ambientes educacionais, dicotomia que é consequência de uma falha na formação continuada dos professores. Tal formação possibilita uma maior reflexão sobre a prática docente o que leva o educador a estar consciente da realidade de seus alunos.

Assim sendo, o estágio o momento em que o estudante tem a oportunidade de compreender a construção das práticas, possibilitando uma aproximação da realidade em que ele irá atuar. Esse momento possibilita relacionar o conhecimento prático com o teórico e apoia-se na pesquisa, tendo ela como método de formação. A pesquisa torna-se então mediadora da formação docente, proporcionando ao professor admitir um papel ativo no próprio processo de formação e ao mesmo tempo ter atitude investigativa.

Realizamos uma investigação documental nos anais do CONPEX, pelo endereço: <https://anaisconpeex.ciar.ufg.br/#edicoes>. O intuito foi identificar o registro de estagiários sobre o Estágio Não Obrigatório. O Congresso de Pesquisa, Ensino E Extensão (CONPEEX) acontece anualmente, na mesma data da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação. Na edição de 2018 aconteceu a I Mostra de Estágio não Obrigatório Supervisionado da UFG: Práticas e Vivências. Neste evento foram trinta e uma (31) publicações, destas vinte foram do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação-FE/UFG. Na edição seguinte o CONPEEX, além do Estágio não obrigatório, recebeu trabalhos do Estágio Obrigatório, sendo este último com maior número de publicações. O ano de 2020 e 2021 foram impactados

pela pandemia da Covid 19 e conseqüentemente ao número de publicações foi menor como um todo. Em 2021 foram dezoito publicações de destas apenas quatro sobre Estágio de Pedagogia. Após identificar as publicações foi realizada uma análise dos resumos destas, identificando as contribuições deste tipo de Estágio para a formação docente.

**QUADRO 1.** Número de publicações do Estágio Não Obrigatório do Curso de Pedagogia no CONPEEX<sup>1</sup>

Edição 2018	Edição 2019	Edição 2020	Edição 2021
19 trabalhos	09 trabalhos	02 trabalhos	01 trabalho

---

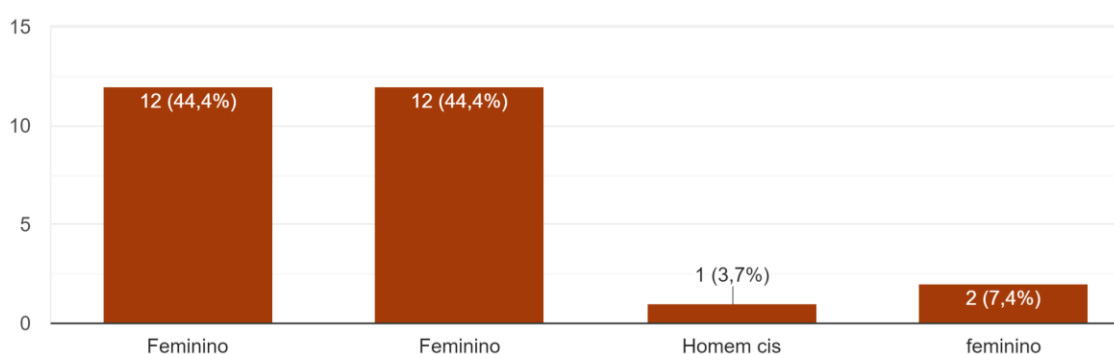
<sup>1</sup> O site tem sido aperfeiçoado, facilitando a pesquisa das publicações sobre o Estágio

## CAPÍTULO 2 – O estágio remunerado sob o olhar de estagiários

Neste trabalho, considerou-se uma análise qualitativa da pesquisa, tendo como foco principal perceber as influências da experiência do Estágio Não Obrigatório<sup>2</sup> no processo formativo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para tanto, adotou-se como significado o verbo compreender, segundo Minayo (2012): a capacidade de se colocar no lugar do outro, considerando a singularidade do indivíduo, e compreendendo que a experiência e vivência pessoal ocorrem em âmbito coletivo e são contextualizadas.

A partir desse disso, elaborou-se um questionário (apêndice A), que foi enviado através de correio eletrônico via Secretaria Pedagógica para alunos do curso de Pedagogia na UFG, enviando suas respostas por meio de uma plataforma on-line, disponível entre fevereiro e março de 2022, que salvaguardava o anonimato dos participantes. O questionário foi composto por questões fechadas e abertas acerca das percepções dos estudantes sobre o estágio obrigatório, o quanto contribuiu na formação deles e o que poderia ter sido melhor explorado. Responderam ao questionário vinte e sete pessoas, em que vinte e seis se autodeclararam do gênero feminino e um do gênero homem cis, conforme a tabela 1.

**Tabela 1 - Gênero**



A grande maioria dos respondentes é do gênero feminino (96,3%), sendo 3,7% do gênero homem cis. Esse fato não surpreende, visto que na história da educação, há uma visão social de que as mulheres estão intrinsecamente ligadas à vocação de ensinar, cuidar, amar, o que as direciona a exercer papéis vistos como extensão do

<sup>2</sup> Neste caso, o Estágio Não Obrigatório refere-se ao Estágio remunerado financeiramente, via bolsa de 20 horas no valor de R\$477,78 e de 30 horas no valor de R\$ 675,41.

lar. Esse dado confirma que o campo educacional ainda permanece feminilizado, fator perceptível na Educação Básica, em âmbito nacional, de acordo com dados publicados pelo INEP (BRASIL, 2021, atualizado em 31/01/2022), conforme mostra o Quadro 1 – de 2.190.943 professores que atuam nesse nível de ensino, 1.737.166 (79,3%) são do sexo feminino e 453.777 (20,7%) do masculino.

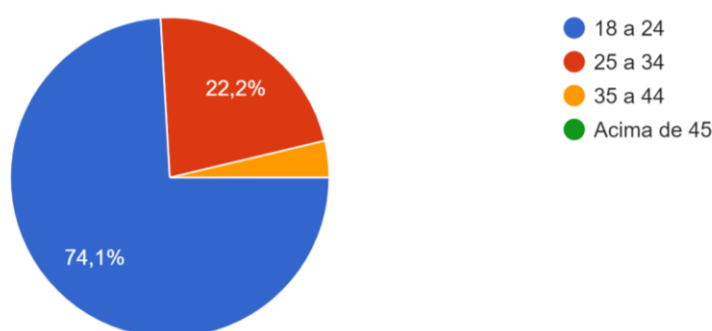
**QUADRO 2.** Número de docentes da educação básica por sexo – Brasil – 2021.

Número de Docentes da Educação Básica por Sexo – Brasil – 2021			
	Professores da Educação Básica		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Brasil	2.190.943	453.777	1.737.166

Fonte: BRASIL (2021), atualizado em 31 jan. 2022

A idade dos sujeitos da pesquisa é outro fator relevante. De acordo com este levantamento, cerca de 74% dos estudantes respondentes estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, tal como demonstra o Gráfico 1. Segundo dados da Unesco (2004), no Brasil há uma concentração significativa de docentes nas faixas de 26 a 35 anos e de 36 a 45 anos (33,6% e 35,6% do total, respectivamente), o que pode ser justificado a partir do processo de exoneração dos professores.

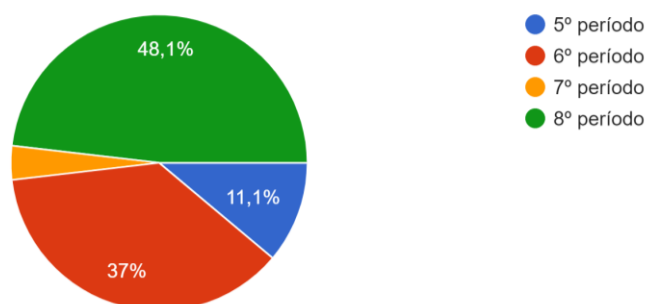
**Gráfico 1 - Qual a sua idade?**



Visando maior consistência nos resultados, optamos por delimitar o público respondente do 5º ao 8º período, por compreender que os estudantes desse período têm maior possibilidade de tempo de experiência no estágio não obrigatório. Levantaram-se os seguintes dados de acordo com gráfico 2: 48% cursam o 8º

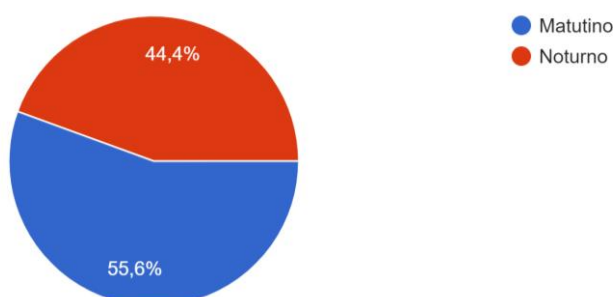
período, 37% o 6º período, 11% o 5º período e 4% o 7º período – cabendo ressaltar que os estágios não obrigatórios se iniciam, conforme indica o Regulamento de estágio do curso de Pedagogia (2016), a partir do terceiro semestre.

**Gráfico 2 - Está em qual período do curso?**



Em relação ao turno frequentado pelos estudantes o percentual indica maior participação no estágio não obrigatório, dos estudantes que frequentam o turno matutino (55,6%), conforme gráfico abaixo. Apesar dos estudantes do período noturno comporem um perfil de classe trabalhadora, o resultado vai ao encontro com a pesquisa de Lipovetsky (2019), que conclui que, dentre as razões que levam os sujeitos a optarem pelo estágio não obrigatório, a possibilidade de aprendizado na área e a experiência profissional são consideradas as mais importantes; implicando certa consciência das dificuldades de se engajar nesse mercado, como trabalhador formal.

**Gráfico 3 - Qual turno você frequenta?**



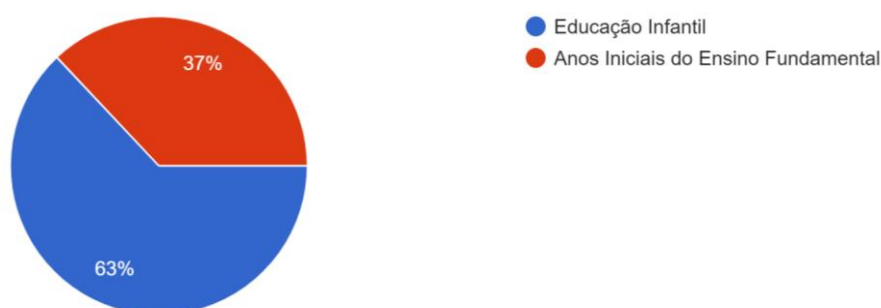
O estágio não obrigatório em Educação Infantil foi realizado pela grande maioria 63%, indicando que as oportunidades maiores estão nessa etapa de ensino porque é uma área de atuação do pedagogo que amplia cada vez mais. A LDB

promulgada em 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), reconhece a Educação Infantil como um espaço importante de aprendizagem. A Lei surge, portanto, em defesa de uma educação de qualidade para todos, e em seu Título IV artigo 9º inciso IV, define como um de seus objetivos a atribuição à União da responsabilidade por

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1988).

No que se refere a especificidade da Educação Infantil, cabe destacar que seu protagonismo e inclusão como etapa da Educação Básica se deu somente a partir da Constituição de 1988, isto porque, antes da década de 80, esta etapa do ensino não era considerada parte da educação formal, sendo comumente conhecida por “pré-escola”. Ao final da década de 1980, a Carta Magna prevê o atendimento em creches e pré-escolas como direito de crianças de 0 a 6 anos de idade, portanto, dever do Estado. No entanto, a obrigatoriedade da matrícula na Educação Infantil só é instituída após alguns trâmites legais, a saber: a mudança na LDB em 1996, que adianta a entrada no Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, reorganizando a faixa etária das etapas de ensino. Três anos depois, em 2009, a Emenda Constitucional nº 59/2009 que dispõe a obrigatoriedade do ensino escolar dos 4 aos 17 anos e oficializa a matrícula nas unidades de Educação Infantil com caráter obrigatório, inserindo-se na LDB em 2013 (BRASIL, 2018).

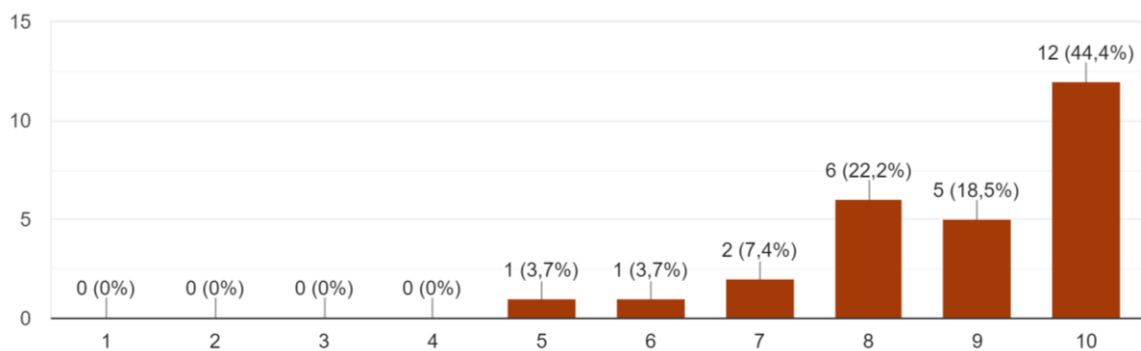
**Gráfico 4** – Seu estágio não obrigatório foi em qual etapa de ensino



As contribuições relativas à formação profissional quanto ao Estágio não obrigatório foram avaliadas em uma escala de 1 a 10 (tabela 2), sendo analisadas

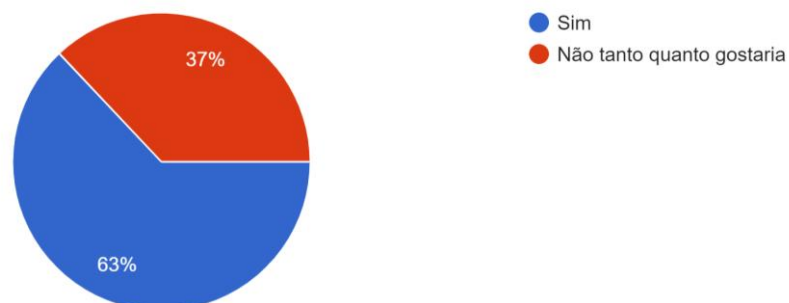
como 10 - doze respostas (44,4%), 9 - cinco respostas (18,5%), 8 - seis respostas (22,2%), 7 -duas respostas (7,4%), 6 e 5 obtiveram 1 resposta cada (3,7%). Apesar das respostas obtidas na questão relativa ao que poderia ter sido mais bem explorado no estágio, terem apresentado resultados significativos, estes resultados nos indicam que o Estágio não obrigatório traz contribuições relevantes em maior ou menor grau. Visto que doze respondentes afirmaram que o estágio não obrigatório contribuiu 100% com a sua formação profissional.

**Tabela 2** – Em uma escala de 1 a 10, o quanto o Estágio não obrigatório contribuiu com a sua formação profissional?



O gráfico 5, que mostra se a experiência no estágio não obrigatório correspondeu às expectativas dos estudantes, está em concordância com os resultados acima, posto que 63% responderam afirmativamente.

**Gráfico 5** – A experiência no Estágio não obrigatório correspondeu às suas expectativas?



No tocante ao que poderia ser melhor explorado no estágio não obrigatório a maior lacuna encontrada na pesquisa foi relacionar teoria e prática / práxis, com quase metade das respostas. A priori esse resultado me levou a questionamentos e não

respostas, pois qual deve ser o movimento realizado no estágio para associação teoria e prática? Esse movimento é interno, ou seja, parte do estudante? Ou deve ser promovido externamente, pelo campo de estágio? Em alguns casos falta clareza no conceito de teoria e prática, pois o respondente o relaciona com realização de planos e atividade; mas o que desperta atenção é a necessidade de se compreender o olhar que se deve lançar para o campo de estágio. Quando o aluno afirma não perceber relação com as teorias estudadas em sala com a vivência do estágio, isso se dá sob qual perspectiva? Faltara-lhe embasamento teórico para compreender aquelas práticas vivenciadas, ou essas que não foram pensadas à luz da teoria? Mas sobretudo, qual a postura que o estudante assume enquanto estagiário? A concepção que ele carrega de estágio influencia em maior ou menor grau sua experiência?

Ao conceber o estágio como campo de conhecimento, análise e reflexão sobre o ensino aprendizagem, situado em contexto social, histórico e cultural, o produto é a formação do professor reflexivo-pesquisador. (PIMENTA, LIMA, 2005). Assim, os saberes são construídos a partir da resignificação do trabalho do professor que assume uma postura crítica e reflexiva.

Outra lacuna apontada pelos estudantes, é a precarização e exploração da força de trabalho, evidenciadas nos excertos:

Melhorias que dizem respeito à própria Educação e à qualidade de trabalho do profissional da Educação. Tais como cumprimento de direitos, auxílio, melhorias nas instituições de ensino que acarretam em um melhor ambiente de trabalho para o professor, etc. (Estagiária A)

A única contrapartida na verdade é uma jornada de trabalho muito intensa, são 6h que me deixam exausta. O contrato de estágio diz que nós podemos pedir redução da jornada em semanas de provas e coisas assim, mas essa nunca foi uma opção real pra mim. Muitas vezes precisei escolher o trabalho em detrimento da faculdade. (Estagiária B)

Nesse sentido, a modalidade de estágio não obrigatório pode assumir, características de relação de trabalho, pois, ao se fundamentar em um Contrato de Estágio entre estudante e parte concedente, se assemelha às relações trabalhistas, mesmo que assim não seja considerada. Assim, os estagiários ao se inserirem em instituições privadas, submetem-se à precarização, desvalorização e intensificação do trabalho, presentes nesses ambientes. (LIPOVETSKY, 2019).

Quando questionados sobre os pontos positivos do estágio, apresentaram as seguintes respostas organizadas em três categorias elaboradas com finalidade de organização no Quadro abaixo.

**Quadro 2.** Respostas: pontos positivos do Estágio Não Obrigatório

Relação teoria e prática	Planejamento	Cotidiano docente
“Associar a prática com a teoria”	“Aprendi a fazer um planejamento semestral e mensal”	“a resolução de questões referentes as relações e demandas presentes na escola”
“Assimilar a teoria na prática”		Ter a oportunidade de vivenciar a prática
“aprender a relacionar os conhecimentos teóricos com as demandas cotidianas.”		A melhor parte do estágio é o campo. As crianças são muito interessantes.
Aprendizado <sup>3</sup>		A interação com os alunos e conhecer a realidade da sala de aula
		Nos oferece uma visão de como é tudo na prática
		Experiências com novas metodologias e práticas pedagógicas, trabalhar com projetos e a observação acompanhando a evolução das crianças ao longo do período do estágio
		Ter a oportunidade de aprender observando a regente da turma.
		Adquirir experiência
		O estágio contribui muito para a formação prática do estudante
		Me reinventei enquanto professora e tentei fazer o processo de alfabetização o menos agressivo para as crianças e acredito ter tido sucesso.
		Conhecimentos que não são aprendidos na sala são vividos na prática

Fonte: Dados retirados dos questionários respondidos.

Diante das respostas, podemos perceber o estágio não obrigatório é visto como um importante campo de aprendizagem, mesmo diante das suas contradições. Ele oportuniza pela categoria Cotidiano docente aos estudantes, estarem em contato com diferentes realidades e concepções pedagógicas, conheçam a cultura escolar e as relações intrínsecas ao chão da escola.

<sup>3</sup>Esta foi a única resposta composta por uma palavra. Entendo que na coluna da relação teoria e prática contempla com mais propriedade o que a respondente quis expressar.

É importante ressaltar, dependendo da instituição de Estágio, a experiência pode ser exitosa ou frustrante como relatado por duas estagiárias. Expressaram nos excertos sobre pontos positivos do Estágio que:

Experiência, realidade, demonstrando as dificuldades, exclusões, desigualdades, próprias do ambiente escolar. Porém estagiei em dois lugares completamente opostos, enquanto em um me deparava com tais dificuldades sem auxílio e recursos, a outra escola - no qual trabalho agora, possui recursos que facilitam tomada de decisões para reduzir e intervir nessas dificuldades. Espaço ao qual não possuía no estágio anterior, em uma escola particular de Goiânia. (Aluna C)

Eu trabalho em uma escola Montessori há 3 anos e gosto muito. A escola oferece uma formação contínua e momentos de grupos de estudo, além de orientações individuais. Enquanto estagiária me permitiram aprender quando eu errei (e eu errei muito no começo rs) e nunca houve desvio da minha função (o que não é incomum: eu, como estagiária, ser contratada para ser assistente e acabar assumindo uma turma sem supervisão). (Aluna D)

O campo de estágio pode oferecer aos graduandos um espaço para desenvolver habilidades e competências docentes, fazer reflexões a partir das práticas vividas e observadas, observar as interações e aprendizagens das crianças. Nas respostas demonstraram sinceridade e comprometimento, experiências interessantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras, sistematização dos documentos propostos e análise das respostas ao questionário, percebe-se que eles apontam, em maior ou menor grau, o estágio não obrigatório como um campo que oportuniza aos estagiários se perceberem e se experimentarem como professores e professoras, contribuindo para a construção de conhecimentos, atitudes e perspectivas sobre a profissão e a identidade docente. O desenvolvimento do estágio com uma atitude que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores e dos alunos se coloca no movimento de superar a dicotomia entre teoria e prática (PIMENTA e LIMA, 2006).

De tal modo, essa modalidade de estágio, se apresentou na pesquisa como articulador entre teoria, ainda de maneira incipiente. Também apresentaram aspectos da prática e experiência do sujeito no contexto profissional. O estágio é um campo de conhecimento produtor de interações entre universidade e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Os relatos se convertem numa análise positiva da experiência de estágio, no destaque das mais diversas formas de aprendizagens sobre a carreira docente e o trabalho cotidiano na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm). Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.788, de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União. Brasília: 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm). Acesso em: 4 de mar. de 2022.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **A importância da Sala de Aula para uma Formação de Qualidade**. In. \_\_ O Papel do Ensino e dos Docentes. Universidade de Québec. Anais 1993, p.115-121.

LIBÂNEO, J. C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter Ação**, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 2 out. 2018.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006.

LIPOVETSKI, Noêmia. O estágio remunerado não obrigatório na formação docente. In: SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; SILVA, Carlos Cardoso; SOUSA, Luciana Freire Ernesto Coelho Pereira; SUANNO, João Henrique. **Imagens da formação docente: o estágio e a prática educativa**. Anápolis: UEG, 2019. p. 230-262.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade; **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3), p.621-626, 2012.

RIBEIRO, M.L.S. **Educação escolar e práxis**. São Paulo: Iglu, 1991.

ROSA, Dalva E. G. e SOUSA, Luciana F. E. C. P. O estágio do curso de pedagogia da Universidade Federal de Goiás: a construção dos caminhos. In: SUANNO, Marilza V.R.; SILVA, Carlos; SOUSA, Luciana F. E. C. P. (org.). **Imagens da formação docente: o estágio e a prática educativa**, p. 33-55. Anápolis-GO: Ed. UEG, 2019.

UFG - FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Regulamento de estágio do Curso de Pedagogia. Goiânia:2016. Disponível em: [https://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/up/235/o/REGULAMENTO\\_ESTAGIO\\_PEDAGOGIA.pdf?1524364111](https://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/up/235/o/REGULAMENTO_ESTAGIO_PEDAGOGIA.pdf?1524364111). Acesso em: 5 de abr, 2022.